

MARCIA CARLA PEREIRA RIBEIRO  
GUILHERME BONATO CAMPOS CARAMÉS  
*Coordenadores*

# DIREITO EMPRESARIAL E O NOVO CPC



Com o início da vigência do Código de Processo Civil de 2015 em 18 de março de 2016, torna-se relevante refletir sobre as consequências de sua aplicação. Além das dúvidas abstratas e eminentemente teóricas que já vêm desde a promulgação do Código, surgem agora elementos fáticos e de natureza jurisprudencial até então não contingenciáveis. Nesse cenário, a presente obra busca congrega esforços de importantes profissionais do Direito brasileiro, munidos de grande conhecimento acadêmico e prático, no intuito de esclarecer quais as perspectivas das inovações legislativas quando confrontadas com a realidade empresarial. O desafio, portanto, torna-se ainda mais irresistível na medida em que se pretende analisar a legislação processual não apenas como um terceiro indiferente, mas sim sob um enfoque que visa a redimensionar os papéis dos agentes econômicos e os custos envolvidos em cada nova perspectiva criada a partir de sua aplicação. A temática do livro é rica e de leitura prazerosa, razão pela qual, daqui em diante, encerro este pequeno resumo para deixar o leitor à vontade para conhecê-lo.

## **Autores**

Marcia Carla Pereira Ribeiro  
Guilherme Bonato Campos Caramês

# DIREITO EMPRESARIAL E O NOVO CPC

## **Área específica**

Direito Processual Civil.

## **Áreas afins**

Direito Empresarial e Direito Processual Civil.

## **Público-alvo/consumidores**

Advogados, consultores jurídicos,  
magistrados, promotores, empresários,  
estudantes de graduação e pós-graduação.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm

CÓDIGO: 10001076

D597

Direito empresarial e o novo CPC / Marcia Carla Pereira Ribeiro, Guilherme Bonato Campos Caramês (Coords.). – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

310 p.

ISBN: 978-85-450-0201-7

1. Direito empresarial. 2. Direito processual civil. I. Ribeiro, Marcia Carla Pereira. II. Caramês, Guilherme Bonato Campos. III. Título.

CDD 341.46

CDU 346.2

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

RIBEIRO, Marcia Carla Pereira; CARAMÊS, Guilherme Bonato Campos (Coords.). Direito empresarial e o novo CPC. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 310 p. ISBN 978-85-450-0201-7.

## SUMÁRIO

### APRESENTAÇÃO

**Coordenadores**..... 13

### PARTE I

#### DISSOLUÇÃO PARCIAL DAS EMPRESAS NO CPC

#### CAPÍTULO 1

#### APURAÇÃO DE HAVERES NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO DE SOCIEDADE

|  |    |
|--|----|
| <b>Fábio Ulhoa Coelho</b> .....                                      | 17 |
| 1.1 Introdução .....   | 17 |
| 1.2 A data da resolução.....   | 19 |
| 1.2.1 Morte de sócio.....  | 20 |
| 1.2.2 Retirada imotivada.....  | 21 |
| 1.2.3 Retirada motivada .....  | 22 |
| 1.2.4 Recesso .....  | 22 |
| 1.2.5 Exclusão extrajudicial .....                                   | 23 |
| 1.2.6 Exclusão judicial .....  | 23 |
| 1.2.7 Direitos do sócio desligado.....                               | 24 |
| 1.3 As metodologias de avaliação (art. 606).....                     | 25 |
| 1.3.1 Impropriedade da avaliação econômica como critério legal ..... | 26 |
| 1.3.2 O art. 607 do CPC .....  | 28 |
| 1.4 Conclusão .....  | 29 |

#### CAPÍTULO 2

#### LEGITIMIDADE NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL NAS SOCIEDADES CONTRATUAIS NO NOVO CPC

|   |    |
|---|----|
| <b>Marlon Tomazette</b> .....   | 33 |
| 2.1 Introdução .....  | 33 |
| 2.2 As sociedades contratuais – o contrato plurilateral .....                 | 34 |
| 2.3 Da resolução da sociedade em relação a um sócio (dissolução parcial)..... | 37 |
| 2.3.1 A morte de um sócio.....  | 38 |
| 2.3.2 Recesso .....   | 38 |
| 2.3.3 Exclusão do sócio.....  | 39 |
| 2.3.3.1 Exclusão de pleno direito .....                                       | 39 |
| 2.3.3.2 Exclusão pela sociedade .....   | 40 |
| 2.4 Apuração de haveres .....   | 42 |

|       |   |    |
|-------|---|----|
| 2.5   | Ação de dissolução parcial de sociedade – duas pretensões no mesmo procedimento ..... | 44 |
| 2.6   | Legitimidade na ação de apuração de haveres .....                                     | 45 |
| 2.7   | Legitimidade na ação de dissolução parcial propriamente dita .....                    | 46 |
| 2.7.1 | Morte do sócio .....  | 46 |
| 2.7.2 | Recesso .....   | 47 |
| 2.7.3 | Exclusão .....  | 47 |
| 2.8   | Referências.....  | 48 |

### CAPÍTULO 3

#### A LEGITIMIDADE ATIVA NA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DA SOCIEDADE LIMITADA, À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI N.º 13.105, DE 16.3.2015)

|   |  |    |
|---|--|----|
| <b>Sérgio Campinho, Mariana Pinto</b> ..... | 51   |    |
| 3.1   | Breves notas sobre a dissolução das sociedades limitadas .....   | 51 |
| 3.2   | A ação de dissolução parcial de sociedade como um procedimento especial do Código de Processo Civil de 2015..... | 53 |
| 3.3   | Uma crítica ao teor do <i>caput</i> do artigo 599 do novo Código de Processo Civil.....                          | 55 |
| 3.4   | A legitimidade ativa na ação de dissolução parcial da sociedade limitada .....                                   | 57 |
| 3.5   | Conclusão .....  | 66 |
|   | Referências.....   | 67 |

### CAPÍTULO 4

#### DA AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL PARA RESOLUÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESARIAL OU SIMPLES POR ESPÓLIO OU SUCESSORES DE SÓCIO FALECIDO

|                                   |                                       |    |
|-----------------------------------|---------------------------------------|----|
| <b>Sandro Mansur Gibran</b> ..... | 69                                    |    |
| 4.1                               | Introdução .....                      | 69 |
| 4.2                               | Dos diferentes tipos societários..... | 72 |
| 4.3                               | Natureza jurídica da sociedade.....   | 76 |
| 4.4                               | Considerações finais.....             | 80 |
|                                   | Referências .....                     | 81 |

## PARTE II

### PENHORA DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS, SEGURO-GARANTIA E ARBITRAGEM

### CAPÍTULO 5

#### A PENHORA DE QUOTAS E AÇÕES NA LEI N.º 13.105/2015 – CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

|  |  |     |
|--|--|-----|
| <b>Alexandre Ferreira de Assumpção Alves</b> ..... | 87   |     |
| 5.1  | Introdução e esboço histórico .....  | 87  |
| 5.2  | Síntese das alterações promovidas pelo Código de Processo Civil em relação a penhora de quotas e ações .....   | 91  |
| 5.3  | Inclusão das quotas de sociedade simples como bem objeto de penhora (art. 835, IX).....  | 92  |
| 5.4  | Alteração do procedimento de liquidação e pagamento da quota, fixando prazo global de até 3 (três) meses para sua conclusão, permitindo, ainda, a dilação em situações específicas (art. 861, <i>caput</i> e §4.º) ..... | 93  |
| 5.5  | Ampliação do direito de preferência aos acionistas de companhia fechada (art. 681, II).....  | 97  |
| 5.6  | Extensão da sistemática de pagamento ao credor prevista no art. 1.026, parágrafo único, do Código Civil às ações de companhia fechada, com exclusão das companhias abertas (art. 861, III e §2.º) .....                  | 99  |
| 5.7  | Imposição de uma ordem de preferência para fins de pagamento ao credor (art. 861, <i>caput</i> , §1.º e §5.º) .....  | 100 |
| 5.8  | Possibilidade de a sociedade adquirir suas próprias quotas ou ações em caso de insucesso da oferta aos sócios (art. 861, §1.º).....  | 102 |
| 5.9  | Possibilidade de nomeação, a pedido, de um administrador pelo juiz para liquidação da quota ou da ação (art. 861, §3.º) .....  | 107 |
| 5.10   | Previsão, como última alternativa de pagamento ao credor, de leilão judicial das quotas ou ações (art. 861, §5.º).....   | 108 |
| 5.11   | Aplicação do art. 861 à Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI.....  | 109 |
| 5.12   | Conclusão .....  | 111 |

### CAPÍTULO 6

## A EFICIÊNCIA DA ARBITRAGEM E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

|  |     |
|--|-----|
| <b>Bruno Guandalini</b> .....  | 113 |
| 6.1 Introdução .....   | 113 |
| 6.1.1 Primeira: a preservação da confidencialidade da arbitragem pelo judiciário .....                                   | 114 |
| 6.1.2 Segunda: a criação do mecanismo de comunicação árbitro-juiz .....  | 117 |
| 6.1.3 Terceira: os novos casos de presunção de parcialidade do árbitro .....   | 119 |
| 6.1.4 Quarta: a falsa oportunidade para que as partes repensem o mecanismo de resolução de disputas mais eficiente ..... | 120 |
| 6.1.5 Quinta: a consolidação da eficiência no controle da jurisdição do árbitro .....                                    | 122 |
| 6.1.6 Sexta: a redução dos custos de transação no controle da sentença .....   | 124 |
| 6.1.7 Sétima: ineficiência gerada pelo oportunismo das tutelas de urgência .....   | 125 |
| 6.1.8 Oitava: a concorrência do judiciário como fator incentivador da evolução da arbitragem .....                       | 126 |
| 6.2 Notas Conclusivas .....  | 126 |

## CAPÍTULO 7

### O SEGURO-GARANTIA JUDICIAL E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015: DA CONCEPÇÃO À EFETIVIDADE

|   |     |
|---|-----|
| <b>Gladimir Adriani Poletto</b> .....   | 129 |
| 7.1 Introdução .....  | 129 |
| 7.2 O seguro-garantia e a sua relação jurídica .....  | 131 |
| 7.3 A evolução normativa do seguro-garantia judicial e o Código de Processo Civil de 2015 ..... | 136 |
| 7.4 Conclusão .....   | 146 |
| Referências .....   | 146 |

## PARTE III

### DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA

## CAPÍTULO 8

### INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA E SUA APLICAÇÃO AO PROCESSO DO TRABALHO

|  |     |
|--|-----|
| <b>Roxana Cardoso Brasileiro Borges, Irena Carneiro Martins</b> .....                        | 151 |
| 8.1 Introdução .....   | 151 |
| 8.2 Origem e desconconsideração da personalidade jurídica: um breve apanhado histórico ..... | 152 |
| 8.3 A assimilação da <i>disregard doctrine</i> no direito positivo brasileiro .....          | 154 |
| 8.4 O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica no CPC/2015 .....            | 158 |
| 8.4.1 Pressupostos de admissibilidade .....  | 159 |
| 8.4.2 Momento do pedido de desconconsideração .....  | 160 |
| 8.4.3 Legitimidade ativa e passiva .....   | 161 |
| 8.4.3.1 Desconconsideração e empresas do mesmo grupo econômico .....                         | 163 |
| 8.5 A aplicação do CPC/2015 ao processo do trabalho .....                                    | 164 |
| 8.6 Considerações finais .....   | 167 |
| Referências .....  | 168 |

## CAPÍTULO 9

### O INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

|   |     |
|---|-----|
| <b>Oksandro Gonçalves, Helena de Toledo Coelho</b> .....                          | 171 |
| 9.1 Introdução .....  | 171 |
| 9.2 A desconconsideração da personalidade jurídica .....                          | 171 |
| 9.3 O incidente de desconconsideração da personalidade jurídica no novo CPC ..... | 174 |
| 9.3.1 Estrutura legal do incidente .....  | 175 |
| 9.3.1.1 Legitimados .....   | 175 |
| 9.3.1.2 A desconconsideração inversa .....  | 175 |
| 9.3.1.3 Cabimento .....   | 176 |
| 9.3.1.4 Citação .....   | 179 |
| 9.3.1.5 Decisão: seus efeitos e recorribilidade .....                             | 181 |
| 9.3.2 Aplicação do incidente a todos os ramos do Direito .....                    | 182 |
| 9.4 Conclusão .....   | 184 |
| Referências .....   | 186 |

CAPÍTULO 10  
PERSPECTIVAS DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA  
PERSONALIDADE JURÍDICA DO CPC/2015 E SUA APLICAÇÃO NO  
PROCESSO DO TRABALHO

|   |     |
|---|-----|
| <b>João Glicério de Oliveira Filho, Bárbara Victória Müller Marchezan</b> .....                           | 187 |
| 10.1 Introdução .....   | 187 |
| 10.2 Personalidade jurídica e desconsideração .....   | 188 |
| 10.3 Perspectivas do incidente de desconsideração da personalidade<br>jurídica previsto no CPC/2015 ..... | 191 |
| 10.3.1 Instrumentalização do direito material .....   | 191 |
| 10.3.2 Respeito ao devido processo legal .....  | 192 |
| 10.4 Aplicabilidade do incidente ao processo do trabalho.....   | 195 |
| 10.5 Conclusão .....  | 196 |
| Referências.....  | 197 |

CAPÍTULO 11  
O VALOR DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NO NCPC E SUA  
PROTEÇÃO ATRAVÉS DA ATUAÇÃO COOPERATIVA ENTRE  
MAGISTRADOS (ANÁLISE DO ART. 69, §2º, IV)

|   |     |
|---|-----|
| <b>Sabrina Maria Fadel Becue</b> .....  | 199 |
| 11.1 Introdução .....   | 199 |
| 11.2 Preservação da empresa: um valor constitucional .....  | 200 |
| 11.3 Sentido e alcance da cooperação no NCPC .....  | 202 |
| 11.3.1 A cooperação judiciária interna orientada para preservação e<br>recuperação da empresa.....    | 204 |
| 11.4 Minoração de conflitos de competência através do diálogo e<br>cooperação entre magistrados ..... | 205 |
| 11.5 Síntese conclusiva.....  | 207 |
| Referências.....  | 208 |

PARTE IV  
NEGÓCIOS PROCESSUAIS

CAPÍTULO 12  
NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS NAS RELAÇÕES  
SOCIETÁRIAS BRASILEIRAS: “QUANTO CUSTA O ÔNUS  
DA PROVA”?

|  |     |
|--|-----|
| <b>Marcia Carla Pereira Ribeiro, Giovani Ribeiro Rodrigues Alves</b> .....                                       | 213 |
| 12.1 Considerações iniciais.....   | 213 |
| 12.2 Os negócios jurídicos processuais.....  | 215 |
| 12.3 Os negócios jurídicos processuais sob o viés do Direito Societário –<br>limitação e aspectos positivos..... | 218 |
| 12.4 Pontos negativos e aspectos polêmicos.....  | 223 |
| 12.5 Considerações finais.....   | 226 |
| Referências.....   | 227 |

CAPÍTULO 13  
TUTELAS PROVISÓRIAS E NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS  
EM MATÉRIA SOCIETÁRIA

|  |     |
|--|-----|
| <b>Gustavo Saad Diniz, Fernando da Fonseca Gajardoni</b> ..... | 229 |
| 13.1 Impactos de uma nova codificação instrumental .....       | 229 |
| 13.2 Facetas da tutela provisória .....                        | 231 |
| 13.3 Influência no direito societário .....                    | 233 |
| 13.3.1 Demandas originárias das relações entre os sócios.....  | 234 |
| 13.3.2 Ordenamento patrimonial .....                           | 236 |
| 13.3.3 Ordenamento empresarial .....                           | 237 |
| 13.4 Impactos na arbitragem.....                               | 240 |
| 13.5 Negócios jurídicos processuais.....                       | 241 |
| 13.6 Conclusão .....   | 244 |
| Referências.....   | 245 |

CAPÍTULO 14  
OS NEGÓCIOS PROCESSUAIS E A ESTRUTURA DE  
GOVERNANÇA DOS CONTRATOS EMPRESARIAIS DE LONGO  
PRAZO

|  |     |
|--|-----|
| <b>Vinícius Klein, Matheus Vasconcelos</b> .....   | 247 |
| 14.1 Introdução .....  | 247 |
| 14.2 Negócios processuais no Novo Código de Processo Civil:<br>apontamentos iniciais, regramento legal e limitações às |     |

|      |  |     |
|------|--|-----|
|      | convenções processuais .....   | 248 |
| 14.3 | O <i>design</i> dos contratos empresariais de longo prazo .....  | 253 |
| 14.4 | Os benefícios e os desafios da adoção das convenções processuais nos contratos empresariais de longo prazo ..... | 260 |
| 14.5 | Conclusão .....  | 262 |
|      | Referências.....   | 263 |

PARTE V  
INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS  
REPETITIVAS E LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ

CAPÍTULO 15  
OS MECANISMOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015  
ORIENTADOS À INIBIÇÃO DA LITIGÂNCIA PREDATÓRIA NO  
ÂMBITO DA TUTELA À PROPRIEDADE INTELECTUAL

|          |  |     |
|----------|--|-----|
|          | <b>Eduardo Oliveira Agostinho, Diogo Kastrup Richter</b> .....   | 267 |
| 15.1     | Introdução .....   | 267 |
| 15.2     | Sham Litigation: origem e conceituação .....   | 268 |
| 15.3     | A sistemática da tutela provisória no Código de Processo Civil de 2015 .....   | 270 |
| 15.3.1   | A Tutela de urgência no Código de Processo Civil de 2015.....  | 271 |
| 15.3.2   | A Tutela da evidência no Código de Processo Civil de 2015 .....  | 274 |
| 15.4     | A sistemática da tutela de urgência na lei da propriedade industrial ..  | 274 |
| 15.5     | Uma releitura da responsabilidade objetiva como forma de combater a litigância predatória.....   | 275 |
| 15.5.1   | Os princípios da boa-fé e da cooperação como normas fundamentais do Código de Processo Civil de 2015 .....   | 275 |
| 15.5.2   | A cessação de efeitos da tutela de urgência e o conseqüente dever de indenizar como indícios de prática de litigância predatória nos casos envolvendo direitos de propriedade industrial ..... | 277 |
| 15.5.2.1 | Quanto aos princípios.....   | 278 |
| 15.5.2.2 | Quanto à indenização devida .....  | 279 |
| 15.6     | Conclusão .....  | 280 |
|          | Referências .....  | 280 |

CAPÍTULO 16  
O IRDR SOB A PERSPECTIVA EMPRESARIAL

|        |  |     |
|--------|--|-----|
|        | <b>Guilherme Bonato Campos Caramês, Gustavo Osna, Emerson Luís Dal Pozzo</b> ..... | 283 |
| 16.1   | Introdução .....   | 283 |
| 16.2   | Direito Comercial e Processo: previsibilidade e IRDR?.....                         | 284 |
| 16.2.1 | Direito Comercial e Segurança – calculabilidade e quebra de expectativa.....       | 284 |
| 16.2.2 | Processo Civil e interesses seriais – o caminho ao IRDR.....                       | 287 |
| 16.3   | IRDR: duas perspectivas críticas .....   | 294 |
| 16.3.1 | O incidente e as <i>Small Claims</i> .....   | 294 |
| 16.3.2 | IRDR, participação e assimetria .....  | 297 |
| 16.4   | Considerações finais.....  | 302 |
|        | Referências .....  | 303 |
|        | <b>SOBRE OS AUTORES</b> .....  | 307 |